

A mobilização tem de ser geral

A figura da guerra total contra a inflação já caiu no descrédito, tantas foram as vezes que a ela se recorreu. Dada, porém, a extrema gravidade da situação econômica do País, que somente o presidente da República parece não perceber, faz-se necessária a mobilização geral, para se evitar um revés maior. Nenhum flanco deve ser deixado a descoberto, sob pena de se tornar inútil qualquer sacrifício.

Já tivemos oportunidade de falar nos artifícios dessa obra de recuperação: empresários, empregados, governantes, políticos. É necessário precisar melhor a tarefa de cada um. O ministro da Fazenda fez saber que não iria aguardar a conclusão do pacto social para tomar as medidas requeridas pela situação. Sua deliberação parece justificada, e mal interpretada pelos empresários, pois cabe ao governo (ministros unidos e presidente da República decidido...) criar o clima propício a um pacto consistente. Até agora o governo tem falado em contribuir para o controle do déficit público, ressaltando o propósito de acabar com os subsídios e subvenções. Essa contribuição é necessária, e talvez o governo devesse acrescentar-lhe alguns gestos — mesmo que não produzam forte impacto sobre o orçamento — para demonstrar sua determinação de entrar no regime da austeridade e deixar o mundo da fantasia. É mister, porém, que, enquanto se estrutura o pacto, o governo não aumente indiretamente os impostos.

No dia em que o governo convencer a Nação de que o déficit público irá ser realmente reduzido, terá avançado muito na luta contra a carestia da vida. Mas precisará ir mais longe. Se é de fato sua intenção obter o apoio dos empresários e dos empregados para um redutor (seja um redutor propriamente dito ou inflação prefixada estimada), terá de sujeitar-se ele próprio a essa disciplina. Com efeito, se não se comprometer, de antemão, a seguir esse critério na fixação das tarifas de ser-

viços públicos e dos preços que administra, não haverá meio de fazer com que os agentes econômicos do setor privado consentam em quaisquer sacrifícios. Ver-nos-íamos na situação absurda tão bem descrita no romance norte-americano *Quem é John Galt*, em que as boas empresas têm de ser sacrificadas para que as más subsistam. É evidente que, se for admitido um redutor, os preços dos principais insumos da indústria e as despesas principais de uma família (energia, derivados de petróleo, água e esgotos, telefone, aço etc.) terão de seguir a mesma orientação que os preços em geral e os salários.

Não se poderia renunciar à verdade tarifária, nem voltar a provocar déficit nas empresas estatais. Poder-se-ia admitir um sistema igual ao dos salários: se se optasse, por exemplo, por uma estimativa de inflação prefixada, e sobreviesse uma defasagem entre a inflação prevista e a inflação real, assegurar-se-ia uma compensação *a posteriori*, tanto para os salários como para os preços administrados e as tarifas.

O governo, em sentido lato, terá de criar também um ambiente monetário que torne eficiente qualquer medida de combate à inflação. É evidente que a liquidez atual não pode ser mantida e que, para reduzi-la, será preciso executar uma política monetária bastante apertada. O paradoxo de hoje — uma economia inflacionária que vai muito mal, a produção industrial em franca recuperação e o comércio varejista não propriamente em crise — se deve a que a demanda é grande (porque se busca proteção contra a inflação) e ao fato de haver recursos “baratos” para constituir estoques especulativos. A política monetária terá de atuar no sentido de conter a demanda temporariamente, a fim de que os compromissos do pacto social sejam respeitados.

Falar em pacto social sem admitir

que exigirá sacrifícios de todos, empregadores e empregados, parece-nos pouco hábil. O pacto é necessário, precisamente, porque são necessários sacrifícios. Espere-se apenas que os sacrifícios sejam distribuídos com agudo senso de justiça e tenham caráter temporário, na esperança de que surtam efeito positivo.

Não é preciso muita imaginação para entrever as consequências da hiperinflação que ameaça o País. Sem dúvida, são os mais pobres que sofreriam mais, e nem atos revolucionários poderiam impedi-lo. É provável que o pacto social provoque um pequeno aumento do desemprego, mas, sem ele, haveria desemprego em massa. Não se poderia tampouco exigir sacrifícios apenas dos assalariados: os empresários devem mostrar que estão dispostos a partilhá-los, restringindo por algum tempo sua margem de lucros (que, para alguns, é exorbitante), ou fazendo investimentos que permitam reduzir a dimensão do desemprego.

Tornou-se comum dizer que a crise atual não é econômica, mas política. É evidente que aos políticos caberá a tarefa maior. Poder-se-ia perguntar se, com um ministério desunido, como o atual, é possível executar um programa de recuperação econômica. Não há dúvida que é preciso fazer alguns acertos neste ministério para que ele se empenhe de alma e corpo na luta contra a inflação e não pense apenas em termos de campanha presidencial.

O Congresso, pela nova Constituição, avocou-se grandes poderes e tarefas: tem de estar à altura destes. A discussão democrática é necessária, mas é preciso que seja impelida por móveis elevados, que seja realista e que seja rápida. Não é possível esperar meses para que as medidas que terão de ser submetidas ao Congresso sejam examinadas. Nas próximas semanas, a nova Constituição irá passar por um teste definitivo, cujo resultado terá grandes consequências para o futuro da democracia no Brasil.